



FACULDADE DE DIREITO  
Universidade de Lisboa

## Ficha de unidade curricular

Curso de Direito (Licenciatura)

Unidade curricular

Direito do Trabalho II (2.º semestre, 4.º ano Dia)

Docente responsável e respetiva carga letiva na unidade curricular (preencher o nome completo)

Pedro Romano Martinez

Outros docentes e respetivas cargas letivas na unidade curricular

Luís Gonçalves da Silva, Guilherme Dray, Cláudia Madaleno e Sara Leitão

Objetivos de aprendizagem (conhecimentos, aptidões e competências a desenvolver pelos estudantes)

Conhecimento de alguns aspectos especiais do regime laboral, com destaque para os acidentes de trabalho e cessação do contrato de trabalho, e desenvolvimento do regime laboral colectivo.

Conteúdos programáticos

Programa em anexo

Demonstração da coerência dos conteúdos programáticos com os objetivos da unidade curricular

Mediante a análise da realidade laboral (princípios, fontes e sujeitos) e do contrato de trabalho pretende-se transmitir o conhecimento teórico e prático do Direito do trabalho.

Metodologias de ensino (avaliação incluída)

Aulas teóricas e práticas, seguindo o regime geral, a que se aplica o regulamento de avaliação para disciplinas obrigatórias.

Demonstração da coerência das metodologias de ensino com os objetivos de aprendizagem da unidade curricular

Segue o regime comum aplicável a disciplinas obrigatórias.

Bibliografia principal

Romano Martinez, *Direito do Trabalho*, 7.ª edição, Coimbra, 2015 (e bibliografia aí citada), assim como Romano Martinez, Luís Miguel Monteiro, Joana Vasconcelos, Pedro Madeira de Brito, Guilherme Dray e Luís Gonçalves da Silva, *Código do Trabalho Anotado*, 10.ª edição, Coimbra, 2016.

### Anexo Programa

#### Secção VIII – Não cumprimento

§ 50. Incumprimento definitivo, mora e cumprimento defeituoso

1. Noções comuns

2. Não cumprimento definitivo e mora imputáveis ao empregador

a) Indemnização



FACULDADE DE DIREITO  
Universidade de Lisboa

- b)* Exceção de não cumprimento
  - c)* Garantias
  - d)* Benefícios conferidos ao trabalhador
  - e)* Consequências para o empregador
  - f)* Resolução do contrato
3. Cumprimento defeituoso imputável ao empregador
4. Não cumprimento imputável ao trabalhador
- a)* Regras gerais
  - b)* Mora e incumprimento definitivo imputáveis ao trabalhador
    - b.1)* Mora do devedor
    - b.2)* Mora do credor
    - b.3)* Incumprimento definitivo
  - c)* Cumprimento defeituoso da atividade
  - d)* Consequências; sanções disciplinares

#### § 51. Prescrição

### **Secção IX - Acidentes de trabalho**

#### § 52. Aspetos gerais

- 1. Ideia geral e evolução
- 2. Acidente de trabalho e doença profissional
- 3. Prevenção do acidente; regras de segurança no trabalho

#### § 53. Responsabilidade civil objetiva e subjetiva

- 1. Generalidades
  - a)* Responsabilidade aquiliana comum
  - b)* Responsabilidade com culpa presumida
  - c)* Responsabilidade objetiva



FACULDADE DE DIREITO  
Universidade de Lisboa

- d)* Agravamento da responsabilidade
  - e)* Responsabilidade civil emergente de acidentes de trabalho e autonomia privada
2. Facto gerador da responsabilidade; acidente de trabalho
- a)* Aspetos gerais
  - b)* Danos típicos
  - c)* Determinação do lesado
    - c.1)* Trabalhador dependente
    - c.2)* Trabalhador independente
  - d)* Local e tempo de trabalho
    - d.1)* Local de trabalho
    - d.2)* Tempo de trabalho
  - e)* Acidentes de percurso
  - f)* Execução de serviços espontaneamente prestados
  - g)* Serviços eventuais e de curta duração
3. Dano
4. Nexo de causalidade entre o facto e o dano
5. Indemnização
- a)* Aspetos gerais
  - b)* Reparação em espécie
  - c)* Reparação em dinheiro
  - d)* Determinação do montante
  - e)* Revisão do montante
  - f)* Vencimento
  - g)* Lugar do cumprimento
6. Garantia de cumprimento da indemnização
- a)* Inalienabilidade, impenhorabilidade e irrenunciabilidade da prestação
  - b)* Privilégio creditório



FACULDADE DE DIREITO  
Universidade de Lisboa

7. Seguro

8. Causas de exclusão e de redução da responsabilidade

*a)* Cláusulas contratuais

*b)* Culpa do trabalhador

*b.1)* Dolo

*b.2)* Violação de condições de segurança sem causa justificativa

*b.3)* Negligência grosseira

*b.4)* Privação do uso da razão

*b.5)* Facto ou omissão do lesado

*c)* Força maior

*d)* Obrigações não excluídas

*e)* Responsabilidade de terceiros; direito de regresso

9. Ocupação e cessação do vínculo laboral em relação a trabalhadores vítimas de acidentes de trabalho

10. Prazos de exercício dos direitos

11. Processo

## **Secção X - Cessação**

§ 54. Aspetos gerais

1. Regime comum

2. Particularidades no regime das relações duradouras

3. Relevo da cessação do contrato no domínio laboral

4. Regime geral da cessação do contrato de trabalho

*a)* Segurança no emprego

*b)* Evolução legislativa

*c)* Uniformidade e imperatividade do regime da cessação

*d)* Consequências de cessação

5. Causas de cessação



FACULDADE DE DIREITO  
Universidade de Lisboa

## § 55. Caducidade

1. Noção e causas
2. Regime específico; enunciação
3. Verificação do termo
4. Impossibilidade superveniente
  - a) Características da impossibilidade
  - b) Impossibilidade de o trabalhador prestar o seu trabalho
    - b.1) Aspetos comuns
    - b.2) Falta de título profissional
    - b.3) Cancelamento da autorização de permanência em Portugal de trabalhador estrangeiro
    - b.4) Incapacidade parcial e modificação do objeto negocial
  - c) Impossibilidade de o empregador receber o trabalho
    - c.1) Aspetos comuns
    - c.2) Morte ou extinção da pessoa coletiva
    - c.3) Encerramento da empresa
    - c.4) Insolvência do empregador
5. Reforma do trabalhador

## § 56. Revogação

1. Noção
  - a) Aspetos gerais
  - b) Breve excuro histórico
2. Forma e formalidades
3. Efeitos
  - a) Cessação do vínculo
  - b) Compensação



FACULDADE DE DIREITO  
Universidade de Lisboa

c) Cessação do acordo de revogação

#### § 57. Denúncia

1. Regime geral
2. Período experimental
3. Comissão de serviço
4. Denúncia com aviso prévio
5. Falta de aviso prévio; abandono do trabalho

#### § 58. Resolução

1. Tipos
2. Resolução invocada pelo empregador
  - a) Noções comuns
    - a.1) Despedimento
    - a.2) Espécies de despedimento
    - a.3) Justa causa subjetiva e objetiva
  - b) Despedimento por facto imputável ao trabalhador
    - b.1) Noção de justa causa (subjetiva)
      - $\alpha$ . Comportamento culposos; ilicitude
      - $\beta$ . Insubsistência da relação de trabalho
      - $\gamma$ . Exemplificação legal de comportamentos ilícitos
      - $\delta$ . Violação de outros deveres contratuais
    - b.2) Procedimento disciplinar
      - $\alpha$ . Identificação
      - $\beta$ . Funcionamento
      - $\gamma$ . Ónus da prova
      - $\delta$ . Suspensão preventiva do trabalhador
  - c) Despedimento coletivo



FACULDADE DE DIREITO  
Universidade de Lisboa

- c.1) Noção*
  - c.2) Apreciação dos fundamentos*
  - c.3) Procedimento*
  - c.4) Direitos dos trabalhadores abrangidos pelo despedimento*
  - d) Despedimento por extinção de posto de trabalho*
    - d.1) Noção*
    - d.2) Apreciação dos motivos*
    - d.3) Procedimento*
    - d.4) Direitos dos trabalhadores abrangidos pelo despedimento*
  - e) Despedimento por inadaptação*
    - e.1) Noção*
    - e.2) Procedimento*
    - e.3) Direitos dos trabalhadores abrangidos pelo despedimento*
  - f) Despedimento ilícito*
    - f.1) Aspectos gerais*
    - f.2) Suspensão preventiva*
    - f.3) Impugnação judicial*
    - f.4) Efeitos da ilicitude*
      - α. Aspectos gerais*
      - β. Indemnização*
        - 1) Danos patrimoniais
        - 2) Salários intercalares
        - 3) Danos não patrimoniais
      - γ. Reintegração*
      - δ. Indemnização em substituição da reintegração*
3. Resolução invocada pelo trabalhador
- a) Noção*
  - b) Resolução com justa causa*



FACULDADE DE DIREITO  
Universidade de Lisboa

*b.1)* Comportamento ilícito do empregador

*b.2)* Causas objetivas

*b.3)* Ausência de justa causa

## CAPÍTULO V

### DIREITO COLETIVO

#### **Secção I** – Sujeitos das relações coletivas

§ 59. Estruturas de representação coletiva dos trabalhadores

§ 60. Empresa

1. Papel da empresa nas relações coletivas

2. Intervenção dos trabalhadores na empresa

*a)* Intervenção económica

*b)* Comissões de trabalhadores

*c)* Conselhos de Empresa Europeus

3. Atividade sindical na empresa

§ 61. Associações sindicais

1. Aspetos gerais

*a)* Remissão

*b)* Importância dos sindicatos

*c)* Sindicatos e ordens profissionais

2. Princípio de liberdade sindical; monopólio e pluralismo sindical

*a)* Textos legais

*b)* Debate acerca do monopólio e do pluralismo sindical

*c)* Liberdade e direito de inscrição sindical



FACULDADE DE DIREITO  
Universidade de Lisboa

3. Constituição

*a)* Processo

*b)* Estatutos

4. Organização sindical

*a)* Modalidades

*b)* Uniões, federações e confederações

5. Estrutura e funcionamento

*a)* Órgãos

*b)* Dirigentes sindicais; estatuto

*c)* Quotização sindical

6. Atividade sindical

*a)* Vertentes

*b)* Função reivindicativa

*b.1)* Aspetos gerais

*b.2)* Legitimidade e representatividade

*c)* Atividades extralaborais

7. Extinção

*a)* Causas

*b)* Regime

§ 62. Associações de empregadores

1. Noções gerais

2. Liberdade de associação

3. Constituição

*a)* Processo

*b)* Estatutos

4. Estrutura e funcionamento

5. Atribuições



FACULDADE DE DIREITO  
Universidade de Lisboa

a) Laborais

b) Extralaborais

6. Extinção

**Secção II** – Instrumentos de regulamentação coletiva de trabalho

**Subsecção I** – Princípios gerais

§ 63. Regras comuns

1. Remissão
2. Regime previdencial

**Subsecção II** – Instrumentos negociais de regulamentação coletiva de trabalho

§ 64. Convenção coletiva de trabalho

1. Aspetos gerais

a) Noção

b) Enquadramento contratual

c) Tipos

2. Negociação

a) Legitimidade

b) Processo

3. Celebração e depósito

4. Conteúdo

a) Objeto da regulamentação coletiva

b) Cláusulas de conteúdo obrigacional

c) Cláusulas de conteúdo regulativo

c.1) Conceito e exemplificação

c.2) Cláusulas de aplicação imediata e cláusulas que carecem de concretização futura

d) Limites

5. Interpretação e integração



FACULDADE DE DIREITO  
Universidade de Lisboa

6. Aplicação

- a) Início da vigência
- b) Princípio da filiação
- c) Termo da vigência; caducidade

7. Natureza jurídica

- a) Teses em confronto
- b) Posição adotada

§ 65. Acordo de adesão

- 1. Noção
- 2. Regime
- 3. Natureza jurídica

§ 66. Decisão arbitral

- 1. Aspetos gerais
- 2. Arbitragem voluntária
- 3. Arbitragem obrigatória
- 4. Arbitragem necessária

**Subsecção III - Instrumentos não negociais de regulamentação coletiva de trabalho**

§ 67. Aspetos gerais

§ 68. Portaria de extensão

- 1. Noção
- 2. Pressupostos
- 3. Regime
- 4. Âmbito de aplicação



FACULDADE DE DIREITO  
Universidade de Lisboa

§ 69. Portaria de condições de trabalho

1. Noção
2. Pressupostos
3. Regime

§ 70. Natureza jurídica das portarias de extensão e de condições de trabalho

1. Regulamentos administrativos
2. Competência jurisdicional

**Secção III - Conflitos coletivos de trabalho**

§ 71 Aspetos gerais

1. Conflito coletivo; noção
2. Tipos

§ 72. Greve

1. Considerações prévias
  - a) Admissibilidade e limites
  - b) Enquadramento jurídico
2. Noção
  - a) Determinação
  - b) Abstenção de trabalhar
  - c) Concertação entre trabalhadores
  - d) Pluralidade de trabalhadores
  - e) Fins
3. Modalidades
4. Legitimidade para declarar e fazer a greve
  - a) Oportunidade
  - b) Princípio da boa fé



FACULDADE DE DIREITO  
Universidade de Lisboa

- c) Responsabilidade civil
- 5. Cláusula de paz social
- 6. Declaração de greve; o aviso prévio
  - a) Tomada de posição; razões e conteúdo da declaração
  - b) Aviso prévio
- 7. Exercício do direito de greve
  - a) Adesão à greve
  - b) Piquetes de greve
- 8. Efeitos da greve
  - a) Suspensão dos efeitos principais do contrato
  - b) Dever de não substituição dos trabalhadores grevistas
  - c) Dever de retribuir os trabalhadores não aderentes à greve
  - d) Serviços mínimos
    - d.1) Razão de ser
    - d.2) Fixação
    - d.3) Requisição civil
    - d.4) Situação jurídica do trabalhador grevista que cumpre serviços mínimos
  - e) Consequências nas relações do empregador com terceiros
- 9. Greves ilícitas
  - a) Limitações ao exercício do direito de greve
    - a.1) Colisão de direitos
    - a.2) Causas de ilicitude da greve
    - a.3) Greves atípicas
  - b) Consequências da ilicitude
- 10. Proibição de *lock-out*
- 11. Cessação
- 12. Natureza jurídica



FACULDADE DE DIREITO  
Universidade de Lisboa

§ 73. Resolução de conflitos coletivos

1. Negociação
2. Conciliação
3. Mediação
4. Arbitragem
5. Decisão judicial
6. Resolução governamental